



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DANIEL NASCIMENTO DE FRANÇA**

**“OCUPA CDSA”: UMA ANÁLISE DOS SEUS SIGNIFICADOS  
POLÍTICO- EDUCATIVOS**

**SUMÉ - PB  
2021**

**DANIEL NASCIMENTO DE FRANÇA**

**“OCUPA CDSA”: UMA ANÁLISE DOS SEUS SIGNIFICADOS  
POLÍTICO- EDUCATIVOS**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.**

**Orientador: Professor Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.**

**SUMÉ - PB  
2021**



F815o França, Daniel Nascimento de.  
"Ocupa CDSA": uma análise dos seus  
significados político-educativos. / Daniel  
Nascimento de França. - 2021.

31 f.

Orientadora: Professor Me. Filipe Gervásio  
Pinto da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina  
Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido; Curso de Licenciatura em ciências  
Sociais.

1. Ocupa CDSA. 2. Movimento estudantil de  
ocupação CDSA. 3. Participação político-  
pedagógica. I. Silva, Filipe Gervásio Pinto da.  
II. Título.

CDU: 316(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**DANIEL NASCIMENTO DE FRANÇA**

**“OCUPA CDSA”: UMA ANÁLISE DOS SEUS SIGNIFICADOS  
POLÍTICO- EDUCATIVOS**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.  
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá.  
Examinadora Externa - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Paulo César Oliveira Diniz.  
Examinador Interno - UACIS/CDSA/UFCG**

**Trabalho Aprovado em: 10 de novembro de 2021.**

**SUMÉ - PB**

Com todo carinho à minha tia materna,  
Mariza de Fátima Vieira da Silva (*in  
memoriam*). Dedico.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, que me presentiu com a dádiva da vida e me fez superar as dificuldades encontradas no caminho. Também garantiu meu sustento para conseguir mais uma conquista ao concluir este trabalho.

À minha mãe Maria José Vieira Nascimento de França e meu pai Fábio Eloi de França, pelo esforço de ter me proporcionado a melhor educação possível ao seu alcance, que mediante as dificuldades não mediram esforços para me apoiar tanto financeiramente quanto psicologicamente.

Ao meu irmão Lucas Nascimento de França, que sempre me apoiou direta ou indiretamente durante minha formação.

À toda minha família, em especial ao meu tio Roberland Fernandes, e aos meus primos Roberland Júnior e Rafael Jônattas, que me deram suporte e apoio durante minha formação educacional, sendo essenciais para minha chegada ao ensino superior.

À minha companheira e amiga Amélia Alexandrina Bezerra da Costa, que tanto me fez acreditar no meu potencial, sempre me apoiando emocionalmente e psicologicamente, me mantendo focado neste trabalho, me garantindo suporte nos momentos difíceis e não hesitando em estar ao meu lado, a você meu muito obrigado.

Aos meus amigos Jorge Luís Barbosa e Lucas Oliveira, por terem me acompanhado em vários momentos ao longo de minha graduação, ao meu amigo, mestre Alisson Glauber, por ter me dado um grande suporte ao final deste ciclo, e aos meus amigos do quarto 10 da residência universitária, John Brehmer, Anderson Alves, Mateus Brito e Heitor Teo, por terem sido ótimos colegas de quarto.

Aos professores e professora, Carolina Sá, Faustino Teatino, Paulo Diniz e Valdonilson Barbosa por suas passagens marcantes durante minha graduação, com colaborações e orientações. Em especial, ao meu orientador Filipe Gervásio, por toda sua paciência, disponibilidade e ânimo durante a orientação deste trabalho, valorizando a necessidade do mesmo, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, muito obrigado.

À todos os trabalhadores que fazem o CDSA, em especial as equipes de limpeza, segurança, e a coordenação da residência universitária, pelas excepcionalidades de seus trabalhos. Aos meus colegas de curso e disciplinas que compartilharam comigo seus conhecimentos. À todos aqueles que de alguma forma contribuíram ou torceram pela concretização desta graduação.

## RESUMO

Esta pesquisa trata de uma análise dos significados políticos e educativos da ocupação realizada no ano de 2016 pelos estudantes do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, situado no município de Sumé – PB. Para tanto, a primeira parte do trabalho foi feita para caracterizar a conjuntura política e econômica, a segunda versou sobre os processos de ocupações no Brasil e no mundo e suas características gerais, e ainda uma terceira seção serviu para analisar os impactos da ocupação para a comunidade universitária, sendo esta a seção de análise dos dados. Foi realizada então, uma pesquisa qualitativa que se utiliza de entrevistas como instrumento de coleta de dados. A abordagem teórico-metodológica do trabalho está baseada no Materialismo - Histórico-dialético. A análise realizada demonstra a estreita relação entre o contexto de reformas econômicas, educacionais e da crise do sistema político brasileiro e o processo de ocupação. Ficaram evidenciadas formas autônomas de auto organização estudantil, a vinculação com outras pautas de lutas no interior da universidade, além de inúmeros impactos na comunidade local provocados pela ocupação da universidade.

**Palavras-chave:** Ocupação; Movimento estudantil; Participação política.

## RESUMEN

Esta investigación trata de un análisis de los significados políticos y educativos de la ocupación realizada en el año 2016 por estudiantes del Centro de Desarrollo Sostenible de la Región Semiárida, de la Universidad Federal de Campina Grande, ubicada en el municipio de Sumé - PB . Para eso, la primera parte del trabajo fue hecha para caracterizar la coyuntura política y económica, la segunda versó sobre los procesos de ocupaciones en Brasil y en el mundo y sus características generales, y aún una tercera sección sirvió para analizar los impactos de la ocupación para la comunidad universitaria, siendo esta la sección de análisis de datos. Luego se llevó a cabo una investigación cualitativa, utilizando la entrevista como instrumento de recolección de datos. El enfoque teórico-metodológico del trabajo se basa en el Materialismo - Histórico-dialéctico. El análisis realizado demuestra la estrecha relación entre el contexto de reformas económicas y educativas y la crisis del sistema político brasileño y el proceso de ocupación. Se evidenciaron formas autónomas de autoorganización estudiantil, la vinculación con otras agendas de luchas al interior de la universidad, así como numerosos impactos en la comunidad local provocados por la ocupación de la universidad.

**Palabras clave:** Ocupación; movimiento estudiantil; Participación política.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>NOTAS SOBRE SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>O PROCESSO DE OCUPAÇÕES.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>24</b>
4.1	A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS MOTIVAÇÕES DA OCUPAÇÃO DO CDSA.....	24
4.2	ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DURANTE A OCUPAÇÃO.....	28
4.3	IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DO CDSA PARA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	33
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a compreensão e análise dos significados político-educativos do processo de ocupação do CDSA, movimento este que está diretamente conectado com uma série de outros movimentos de ocupação ocorridos no ano de 2016. Dentro de escolas e universidades, estudantes se organizaram em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, entre outros, inicialmente contra políticas de precarização das escolas, desvio de verbas e outros acontecimentos que prejudicam o financiamento das políticas sociais e, em decorrência disso, a rotina ordinária de estudantes e professores nas universidades e escolas públicas pelo Brasil.

Esses estudantes também lutaram e lutam em busca de melhorias estruturais e educacionais para escolas e universidades. A luta desses estudantes passa a ser nacional após a proposta da chamada “PEC da morte” (PEC 241/2016, quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016, no Senado Federal, tendo se transformado depois em Emenda à Constituição nº 95- EC 95), carrega essa alcunha devido ao forte impacto negativo (BALDINO; FREITAS, 2016) que a mesma tem sobre políticas sociais fundamentais para o funcionamento regular do Estado em seus compromissos sociais, prejudicando a vida de milhões de brasileiros.

Esta emenda tem por premissa congelar os investimentos em políticas sociais por 20 anos, ou seja, por mais que a população aumente, aumentando conseqüentemente a demanda por mais investimentos em áreas como, saúde, educação, segurança, entre outras áreas sociais, essas demandas não serão atendidas. Justamente nesse momento que essa luta por melhorias ganha mais força com a participação de mais escolas secundaristas, campus e centros universitários, incluindo o CDSA (Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido), um dos *campus* da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande).

É na condição de observador/participante desta ocupação que terei a possibilidade de buscar compreender e analisar quais foram os significados políticos e educativos que este momento de tamanha participação estudantil nos proporcionou, junto também com seus impactos para a comunidade universitária.

A relevância em desenvolver o presente trabalho está situada em duas dimensões, quais sejam; a dimensão sócio-educativa e a dimensão acadêmica. Para dar início, irei relatar aqui minha trajetória de militância e participação estudantil. E o começo se dá lá na antiga quinta série, hoje sexto ano, durante uma aula de Geografia onde a professora falava sobre as desigualdades sociais em nosso país, de como um paísthão rico, pode ser ao mesmo tempo tão

pobre. Aquela aula me provocou bastante sobre as injustiças sociais, desde então, jamais deixei de prestar atenção nelas e procurar sempre entendê-las. Com certeza esse foi início da minha militância, pois foi a partir daí que comecei além de procurar entender, lutar contra elas.

Porém, foi durante minha graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, onde essa militância mais foi forjada. Neste período pude participar de várias formações políticas, atos de rua, manifestações, produção de cartazes e faixas, entrega de panfletos, viagens à Brasília, e etc. Tudo isso enriqueceu bastante minha trajetória como militante. A própria graduação me apresentou ferramentas para melhor compreender as origens das desigualdades sociais em nosso país, o contato com o curso de Licenciatura em Educação do Campo também contribuiu muito nesse processo. Também foi neste período que tive a oportunidade de integrar o Centro Acadêmico (CA) de Ciências Sociais por dois anos. Dentro desses dois anos fui representante estudantil na unidade acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Sociais, e também pude representar os estudantes no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do nosso *campus*.

No próprio momento das ocupações, além de participar do “OCUPA CDSA”, tive a oportunidade de visitar a ocupação dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, *campus* Recife, onde assisti a uma palestra sobre os impactos da PEC 241/55, ministrada pela professora e economista Tânia Bacelar, promovida pela reitoria da própria universidade. Participei também junto com alguns colegas de *campus*, do encontro das ocupações da Paraíba em João Pessoa, episódio que ficou marcado pela ocupação do prédio do Ministério da Fazenda por alguns grupos que fizeram parte desse encontro. Tenho a consciência de que não só a minha trajetória, mas também as dos meus colegas foram fundamentais para chegarmos até o dia do início e principalmente do final da ocupação no CDSA. A nossa experiência frente às lutas e processos educativos gestados desde a luta estudantil nos colocam diante da necessidade de dar unidade e coerência ao processo de sistematização das experiências de ocupação, mais especificamente aquela que ocorreu no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

A relevância sócio-educativa do trabalho pode ser localizada na estreita relação que os movimentos estudantis em torno da ocupação estabeleceram com um horizonte de reivindicação que, a um só tempo, incorpora e extrapola a dimensão educativa. Dizemos isto porque foi o cenário de crise econômica e política e de estrangulamento dos fundos públicos para a garantia de direitos sociais o principal gatilho para o desencadeamento de inúmeras ocupações de escolas e universidades pelo Brasil. Deste modo, a educação é atravessada por inúmeras determinações econômicas, políticas e sociais, estando, pois, vinculada aos grandes

temas do Estado, quais sejam fundamentalmente a economia e a política. Compreender o processo de convulsão estudantil com o processo de ocupação significa compreender também a relação entre educação e sociedade.

A relevância universitária do presente estudo está colocada na necessidade de apreender os significados da experiência de ocupação do CDSA, produzindo um registro científico que lhe dê uma sustentação marxista (MARX, 2013) de compreensão da realidade. A tarefa de sistematizar tais experiências pedagógicas dos estudantes é uma tarefa tardia, portanto ainda mais urgente e ainda assim, carente de referências. Assim, é necessário romper o relativo silenciamento que a universidade reproduz sobre a pesquisa no âmbito dos processos de articulação e participação política dos estudantes, haja visto que até mesmo instâncias de democratização de gestão como o grêmio estudantil e as organizações estudantis como um todo são subestimadas enquanto interesses de pesquisa.

É igualmente importante ressaltar também que existem estudos que procuram analisar os desdobramentos das ocupações realizadas em escolas e universidades brasileiras, estando situados em diversas áreas do conhecimento. É o que passaremos e demonstrar adiante com o levantamento de tais produções realizado.

Este levantamento cumpre nesta pesquisa duas tarefas fundamentais. A primeira é de conhecer e se apropriar da massa crítica produzida em torno do nosso objeto de estudos e a segunda é realizar um exame crítico destas produções de modo a situar a importância do nosso trabalho.

Nesse intuito, foi realizada uma busca em torno do tema: “ocupação”, no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, com foco no GT05 – Estado e Política Educacional, das últimas cinco reuniões nacionais desta Associação. Foram encontrados vinte e dois trabalhos na trigésima quarta reunião, dezenove trabalhos na trigésima quinta, dezessete trabalhos na trigésima sexta, trinta trabalhos na trigésima sétima, e vinte e três trabalhos na trigésima oitava. No total, foram encontrados cento e onze trabalhos, nenhum a respeito do tema das ocupações estudantis. Colocando a discussão produzida neste trabalho sobre o tema das ocupações no patamar de extrema relevância, já que, a discussão em questão se trata de um dos maiores movimentos estudantis desde a ditadura militar.

Muitas lutas estudantis eclodiram nos anos de 1990 e primeira década dos anos 2000. As próprias manifestações pelo impeachment de Collor de Melo, no final dos anos de 1980, são geralmente tidas como exemplo de atuação estudantil em âmbito nacional, embora direcionadas por interesses eleitoreiros.

Participação em greves docentes, greves estudantis, lutas pelo passe livre estudantil e meia entrada e muitas outras. Ainda na primeira década do século, em 2007, se levantou uma onda de ocupações estudantis das universidades contra o REUNI, em especial com ocupação de suas reitorias, seguindo o exemplo da precursora e histórica ocupação da USP contra a aprovação do REUNI pelo Conselho Universitário.

Na segunda década do século, destaque para a histórica e ainda pouco conhecida ocupação da reitoria da UNIR em 2011 (que derrubou o reitor de então), ocupação do restaurante universitário a exemplo da UFRJ, dentre outras.

Porém as lutas de 2016 se desenvolveram após o estouro da crise política dos governos petistas, e por essa razão, se deram em rompimento e contraposição às entidades estudantis dirigidas pelo oportunismo, tais como UNE e UBES, apesar da presença destas entidades em muitos locais (em alguns locais chegaram a ser rechaçadas pelos estudantes, em outros, conseguiram maior influência nos movimentos de ocupação).

O mais próximo que chegamos de nosso objeto de estudo nesta busca, foi um trabalho intitulado como: “As concepções de educação como serviço, direito e bem público: Contribuições para a defesa da escola pública como garantia à educação”. As discussões produzidas neste trabalho se encontram dentro das áreas de conhecimento da Educação e do Direito, discussões para nós muito caras, pois a garantia do direito à educação também era uma de nossas reivindicações enquanto movimento de “Ocupação”.

Também foi realizada uma pesquisa no Google Acadêmico, os termos utilizados foram: “ocupação escolar”. Dentro dos resultados, foram observadas as três primeiras páginas, entre elas foram encontrados diversos formatos de trabalhos, como: trabalhos de conclusão de curso, artigos, entre outros. As áreas de conhecimento que predominam são: Educação, Geografia e Ciências Sociais. Discutindo temas como: protagonismo juvenil, movimentos estudantis, análises de conjuntura, cultura juvenil, cultura escolar, e etc. Vemos que, a partir do que foi observado, podemos contribuir para além das discussões educativas, pois envolveremos temas como, a economia e a política, fundamentais para entendermos o que de fato proporcionou este cenário de ocupações nas escolas e universidades brasileiras.

Este trabalho tem como objeto de estudo: significados políticos e educativos do processo de ocupação do CDSA. A questão que procuramos responder na pesquisa foi: quais os significados políticos e educativos do processo de ocupação do CDSA? Deste modo, traçamos como objetivo geral do trabalho: Compreender os significados políticos e educativos do processo de ocupação do CDSA, e como objetivos específicos que pudessem dar cabo desta tarefa:

- Caracterizar a conjuntura econômica e política e o processo dedesencadeamento da ocupação do CDSA;
- Analisar os processos de participação política e educativa durante a ocupação;
- Analisar os impactos da ocupação do CDSA para a comunidade universitária

A abordagem teórico-metodológica do trabalho está baseada no Materialismo - Histórico-dialético, fazendo uso das categorias marxistas, *totalidade, mediação e contradição*, a partir da perspectiva de Netto (2011), e também da discussão sobre a filosofia marxista, através de Tonett e Lessa (2011). A reflexão sobre a categoria da Totalidade social é importante para dar coesão e possibilidade de apreensão mais geral do movimento que sedimenta a sociedade de classes. Assim, compreender o processo social de modo amplo se faz importante para entender o contexto dessas ocupações, e termos condições de elaborar uma síntese das múltiplas determinações que tanto influenciam nesse processo, como podemos observar:

[...] A história do capitalismo pode ser lida como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um vasto processo histórico simultaneamente social, econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos e multidões, povos e governos, sociedades e culturas, línguas e religiões, nações e continentes, mares e oceanos, formas de espaços e possibilidades dos tempos. Um vasto processo histórico no qual emergem conquistas e realizações, impasses e contradições [...] (IANNI, 1992, p.64-65).

Deste modo, é da natureza do metabolismo capitalista a sua vocação totalizante e expansionista. Por esta razão, o capitalismo somente pode sobreviver se for à base de sua reprodução ampliada e lidando continuamente com crises cíclicas e orgânicas (MARX, 2013). Assim, torna-se necessário compreender as dinâmicas gerais da sociedade capitalista para poder compreender como se manifestam os fenômenos políticos e educacionais.

O trabalho a seguir se trata de uma pesquisa qualitativa, rejeitando a falsa oposição que existe entre o caráter quantitativo e qualitativo da interpretação da realidade social e educacional (FERRARO, 2012). Deste modo, o termo qualitativo implica uma tentativa de escavação dos significados declarados e latentes de determinado fenômeno social, procurando identificar as conseqüências que nele não podem ser simplesmente reduzidas à manipulação quantitativa. Assim, nos interessa compreender os significados mais profundos do fenômeno aqui analisado, ou seja, os significados político-pedagógicos do processo de ocupação do CDSA pelos estudantes. Assumimos também os seguintes pressupostos:

Longe de postular que uma racionalidade preside à ação social, o procedimento qualitativo busca, antes, tornar compreensível o que parece incoerente, inesperado, ou complexo na prática social, permanecendo atento à construção social dos fenômenos e ao caráter arbitrário e relativo das categorias de percepção dos problemas. Assim, alguns atribuem à pesquisa qualitativa um papel de “esclarecimento” (enlightenment), no sentido de que ela contribui indiretamente para a discussão democrática pela ampliação e diversidade das perspectivas e dos pontos de vistas (DESLAURIERS et al., 2008, p. 108).

O campo de pesquisa deste trabalho é o CDSA, uma vez que se constituiu como o lugar onde a ocupação se realizou em meados do ano de 2016. Será considerada toda a sua ambiência institucional para a compreensão, sobretudo, dos impactos causados pela ocupação.

De igual modo serão considerados os seus sujeitos institucionais e políticos, que são os próprios estudantes-ocupantes e um professor da rede municipal de ensino, que participou de uma das atividades da ocupação. Deste modo, participaram da entrevista realizada seis estudantes e um professor, que foram escolhidos em virtude de: a) sua disponibilidade em participar do trabalho e b) a representatividade que tal sujeito tem diante da amostra geral no sentido da participação nas atividades políticas e educacionais. Trata-se de estudantes homens e mulheres, de variadas idades, devidamente matriculados à época. Por motivos de segurança dos próprios sujeitos, foram utilizados os seguintes nomes fictícios: Antonieta, Eduarda, Emanuel, Joaquina, José, Juárez e Pedro.

As fontes são os documentos gerados através das entrevistas realizadas com alguns desses estudantes sobre os processos de organização da ocupação e os significados políticos e educativos que este processo trouxe a eles.

O que está de fundo à compreensão deste trabalho é como o processo de resistência se movimenta do ponto de vista da sua processualidade, isto é: suas motivações, sua dinâmica e suas repercussões. Organizamos o texto de acordo com as seguintes partes: esta introdução geral, dois capítulos teóricos, um capítulo de análise dos dados, as considerações finais sobre o trabalho, referências utilizadas e apêndices e anexos. O próximo capítulo tratará sobre a fundamentação teórica.

## 2 NOTAS SOBRE SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Para entendermos como se deu o processo das ocupações estudantis no Brasil, é fundamental que antes façamos uma reflexão sobre o contexto histórico que proporcionou a ebulição de tamanha movimentação estudantil, que reuniu em torno de si inúmeras agremiações de luta política, como também um contingente significativo de estudantes que não participavam de nenhuma organização política. O estágio em que o modo de produção capitalista se encontra, tem apresentado a necessidade de reprodução de sua força vital através de reformas sociais e políticas, na sua própria capacidade de manutenção e desenvolvimento, através de um processo hegemônico que perpassa os aspectos da produção, se fazendo presente em normas sociais, jurídicas e políticas, condicionando o modo de vida de toda coletividade.

Deste modo, compreendemos o processo de proposição das chamadas “contrarreformas” no campo educativo e econômico como desdobramentos de um processo orgânico à crise cíclica do capitalismo, ainda mais agravadas em sua fase monopolista, o imperialismo. Assim, é preciso capturar estas determinações materiais como fundamentais para compreender os movimentos educacionais e os processos de convulsão social que foram iniciados nos últimos anos no Brasil e na América latina.

Compreendemos que os interesses imperialistas que determinam em última instância a dinâmica de classes nos países semicoloniais como o Brasil são efetivados através de mudanças nos marcos da base superestrutural do Estado capitalista através das assim chamadas “reformas” (SOUZA, 2014).

Desse modo, é impossível compreender a ocorrência de tais fatos em um momento histórico sem levar em consideração suas múltiplas determinações e suas relações entre estrutura e conjuntura (BOUTIN; FLACH, 2017). Assim, recorrer ao entendimento da totalidade social que sedimenta economicamente a educação é uma necessidade deste trabalho.

Esclarecida a necessidade da reflexão sobre o contexto histórico, neste capítulo faremos um esforço para expor as forças que atuam no contexto econômico, social e político brasileiro e de que forma se relacionam com a Educação.

O capitalismo ao longo de sua história tem demonstrado ser capaz de “superar” suas próprias crises, apesar de, no seio destas crises estarem diversas contradições não resolvidas, apenas deslocadas (HARVEY, 2016), dando a impressão de superação. Apesar disto, o capitalismo continua supostamente se reinventando através destas crises, como bem descreve



Harvey (2016, p. 19) “as contradições do capital têm gerado inovações, e muitas delas têm melhorado a qualidade da vida cotidiana. No entanto, o que se observa no plano concreto é o aprofundamento da dominação capitalista e, sobretudo, imperialista, aumento das desigualdades sociais, das guerras de rapina e da fome em todo o mundo. Contradições, quando levam a uma crise do capital, produzem momentos de “destruição criativa”[...]”.

Os riscos nesses momentos são para as pessoas, pois essa reinvenção do capitalismo pode adotar diversas formas, mas conservando sua estrutura, isto é, desde que a reprodução do capital seja garantida (HARVEY, 2016), o modo como ela se dá, pouco importa. Como bem sabemos, toda crise tem seus motivos, e geralmente esses motivos tem relação com os de outras crises, pois crises não são eventos isolados (HARVEY, 2016). Deste modo, o capitalismo passa historicamente por inúmeros ciclos de crises mais ou menos agudas e, quando há uma descontinuidade explosiva entre estrutura e superestrutura, tem-se uma crise que o próprio capital não pode resolver por completo.

Embora tenham gatilhos óbvios, as mudanças tectônicas que representam levam anos para se desenvolver. A longa e persistente crise que se iniciou com a quebra do mercado de ações em 1929 só se resolveu por completo nos anos 1950, depois que o mundo passou pela depressão dos anos 1930 e pela guerra mundial dos anos 1940. Da mesma maneira, a crise sinalizada pela turbulência dos mercados de câmbio internacionais, no fim dos anos 1960, e pelos protestos de rua de 1968 em cidades tão diversas como Paris, Chicago, Cidade do México e Bangcoc só se resolveu em meados dos anos 1980, depois do colapso, no começo da década de 1970, do sistema monetário internacional de Bretton Woods, iniciado em 1944, da turbulenta década de 1970 no que diz respeito às lutas trabalhistas, do advento e da consolidação das políticas neoliberais sob os governos Reagan, Thatcher, Kohl, Pinochet e, por fim, Deng na China (HARVEY, 2016, p. 11).

Vivemos um momento em que as forças burguesas que alimentaram historicamente o projeto capitalista esgotaram sua possibilidade de superação ascendente das crises do modo de produção capitalista. Ocorre que a antiga ordem feudal foi dissolvida por uma burguesia que se contava em estágio ascendente, aglutinando os seus interesses com os interesses das demais classes exploradas e oprimidas em função da quebra dos privilégios de sangue e religiosos que reinavam na época.

Assim, cada vez mais as contrarreformas têm atacado os direitos sociais, trabalhistas e as condições gerais de reprodução da força de trabalho por parte da classe trabalhadora. Este último ataque se relaciona de maneira direta com o que Marx (2013) denominou de parcela variável da composição orgânica do capital, que vai sucumbindo em função da inserção de uma imensa massa de capital morto no processo produtivo.

Isto significa que não é mais possível ao capital reverter as suas crises sem produzir

uma constante destruição cada vez mais acelerada dos biomas e também das forças produtivas, no momento que o modo de produção capitalista entra em sua fase superior, a fase imperialista, que implica uma nova configuração da partilha do mundo por alguns países (LÊNIN, 1977), seja através de estratégias que remontam à acumulação primitiva, seja à hegemonia do capital financeiro.

Com a crise de 2008 (DARNTON, 2011) que afetou o mundo, provocando um aprofundamento das desigualdades e conseqüentemente uma maior concentração de riquezas, estes impactos socioeconômicos marcaram de forma negativa as grandes massas, pois, estas não se sentiam culpada por tal acontecimento econômico, até porque não eram elas as provocadoras. Esta era mais uma das crises causadas por contradições não resolvidas do capital (HARVEY, 2016).

Não seria surpresa alguma, que os excluídos desse processo tenham por conta própria, desenvolvido mecanismos de organização e mobilização contra as mazelas que cotidianamente os afetam. Como por exemplo, os movimentos de ocupação surgidos em 2011, não sendo apenas reflexo da crise de 2008, mas carregam um sentimento de esgotamento psicológico (CARNEIRO, 2012; SAFATLE, 2017), provocado por todos os malefícios que os novos processos produtivos trouxeram junto com sua agenda neoliberal, existem aqui *movimentos antissistêmicos*.

Estes movimentos também fazem pressão social em defesa dos escombros da democracia burguesa, ameaçada pelos malefícios de um sistema político excludente, um sistema que segundo Safatle (2017), em decisões sobre políticas educacionais nunca leva em consideração professores e estudantes, e isso se repete em todos os outros setores sociais, a opinião popular quase nunca é considerada.

Quando falamos disso, sempre há os que dizem: mas como passar decisões técnicas sobre orçamento, gastos, etc. para um povo despreparado? Como se nossos políticos fossem a imagem mais acabada do preparo e do conhecimento. No entanto, vale observar que o desinteresse popular é diretamente proporcional à consciência da irrelevância de sua opinião. Ou seja, desinteresse-me porque sei que, no fundo, minha opinião não conta, que nada vai mudar (SAFATLE, 2017, p. 128)

É contra esse arcaísmo político da representação, que nos afasta de uma democracia real (SAFATLE, 2017), que os movimentos de ocupação de 2011 também lutam. Nos últimos anos o Estado tem se esforçado para dar continuidade a precarizaçãodos serviços públicos, em benefício da iniciativa privada, deixando de lado seus compromissos sociais com a sociedade, para deixar nas mãos de setores privados isentos de responsabilidades para com os cidadãos,

preocupados apenas em garantir seus mecanismos de geração de lucro (JUDT, 2011). Esse descaso proporcionado pelo Estado capitalista tem colocado todo o sistema político em descrença, podemos observar esse fato analisando o número cada vez maior de abstenções nos processos eleitorais.

Os indivíduos se sentem cada vez menos representados nestes processos, evidenciando cada vez mais a vinculação do sistema político com os compromissos econômicos, neste momento se evidencia uma clara ruptura entre Governo e sociedade civil, tendo como consequência cidadãos debilitados e não representados.

Atualmente o Estado não serve apenas como forma de gerência dos interesses privados, mas também como uma maneira de limitar a transformação social, a “ilusão democrática” (ŽIŽEK, 2012), a aceitação dos mecanismos democráticos como molde fundamental para qualquer mudança, evita transformações radicais nas relações capitalistas.

Dessa forma, as manifestações emergidas desde o início deste século têm como preocupação, entre outras demandas, defender ou ao menos reconstruir valores democráticos reais, como o acesso a direitos sociais constitucionalmente garantidos, precarizados em prol de ganhos econômicos privados.

A realidade brasileira tem similaridades com algumas experiências mundiais em relação ao processo de precarização dos direitos sociais e da abstenção do Estado na prestação de serviços públicos, em prol da iniciativa privada. Nem mesmo com a experiência latino-americana com seus modelos de gestão social e políticas redistributivas (SAFATLE, 2017) foram capazes de frear as ações do capital, pois estas ainda estavam muito presentes através da força de suas oligarquias imunes até aos governos de esquerda, e da conservação das estruturas da democracia liberal, como descreve Safatle:

Exatamente por ser uma formação de compromisso, a democracia liberal e seus gestores do Estado de Bem-Estar Social estavam fadados a durar pouco. Não porque ela produziria letargia econômica e baixa competitividade, mas porque o patronato, intocado em suas posses, aproveitaria a primeira oportunidade para aumentar rendimentos, reduzindo os elementos do custo salarial e criando condições para uma verdadeira reedição dos processos de acumulação primitiva (SAFATLE, 2017, p. 20)

Isto fica evidente no Brasil com a crise de 2008, após o país ter “ultrapassado o primeiro impacto da crise operando políticas proto-keynesianas e de consolidação de seu capitalismo de Estado. O caminho posterior seria outro.” (SAFATLE, 2017, p. 30). Aos poucos o destino do cenário político brasileiro, foi se revelando não muito diferente de todos os outros atores políticos mundiais, forçados a aplicarem a mesma política de “austeridade”,

contenção de investimentos públicos, o desmonte de mecanismos de distribuição de renda e a elevação dos interesses do sistema financeiro mundial à condição de dogma inquestionável (SAFATLE, 2017).

Todo este processo fica mais claro ao final do governo Dilma Roussef (2015- 2016) (SAFATLE, 2017). Quando acontecem diversas medidas de contenção de custos em investimentos sociais, motivando fortes manifestações principalmente em Brasília. Essas medidas foram aprofundadas com a derrubada de Dilma Roussef, como a limitação de gastos públicos por vinte anos, reforma da previdência, e a precarização dos direitos trabalhistas. Segundo Safatle, (2017, p. 31) “aproveitaram-se de uma guinada neoliberal do próprio governo petista [...]”.

Foi este cenário que impulsionou a ebulição dos movimentos de ocupação em 2016 nas escolas secundárias e universidades brasileiras. Para compreendermos melhor o movimento do real e seus determinantes, usaremos o método do materialismo- dialético como base, pois ele nos permite ter acesso ao “conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador.” (NETTO, 2011, p. 20).

Hoje, inúmeras contrarreformas estão a desenvolver seu curso na economia brasileira. Não bastasse, a EC 95, a Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária; a reconfiguração dos papéis assumidos pelo Estado tende a concretizar um ciclo histórico de ultraliberalismo. As tendências de desindexação, desvinculação e desobrigação da união podem ser identificadas nas atuais medidas como a PEC 32 (Reforma Administrativa), PEC 186 (agora EC 109), a PEC 187 e a PEC 188.

A Reforma Administrativa (PEC 32) propõem eliminar gratificações, progressões, estabilidade no serviço público, entre outros direitos dos servidores públicos federais brasileiros. A medida promete atacar privilégios, mas na verdade atinge os setores com menos direitos e remuneração, a exemplo dos profissionais da educação e da saúde, sem alterar em nada os setores mais privilegiados, como juízes, militares e políticos.

A PEC 186 (EC 109) é uma medida já aprovada, usada pelo governo, como forma de chantagem para a aprovação do novo do auxílio emergencial, que está orçado em 44 bilhões de reais (a soma anterior era de 320 bilhões), enquanto 185 bilhões vão direto para os cofres dos banqueiros. A medida propõe uma rigidez maior das regras fiscais, impede novos investimentos, congela os salários de servidores públicos, extingue a valorização do salário mínimo, entre outras medidas.

A PEC 187 é uma medida que afeta diretamente a garantia das políticas públicas como

de saúde e de educação, já tão enfraquecidas no Brasil. Por conclusão, a medida tem dois grandes propósitos prejudiciais: retirar dinheiro público dos fundos públicos vigentes e acabar permanentemente com tais fundos (caso não sejam alterados pelo poder legislativo), que são fundos de seguridade social, saúde, telecomunicações, educação, entre outros. Trata-se do estrangulamento do fundo público e da impossibilidade da garantia dos direitos sociais.

A PEC 188 propõe a reestruturação completa do pacto federativo, tirando constitucionalmente o compromisso do Governo federal com os gastos públicos. A medida pretende colocar nas “mãos” do parlamento o poder de decisão sobre tais gastos, assim, retirando a obrigação do Estado com a população. Entre as medidas da PEC 188 estão: redistribuição dos recursos do Pré-Sal, vinculação mínima de gastos com saúde e educação e fim dos repasses federais a estados e municípios a partir de 2026.

### 3 O PROCESSO DE OCUPAÇÕES

Os movimentos de ocupação surgidos em 2011, com Occupy Wall Street, Los Indignados, entre outros, como já foi citado anteriormente neste trabalho. Trata-se, de formas de manifestações diferentes, mas todas como resposta aos desdobramentos da crise de 2008. Antes de observarmos algumas características destes movimentos, é importante que seja abordado o conceito de Movimento Social que usaremos:

Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (GOHN, p.13, 2013).

Fica claro, o quanto o século XXI trouxe mudanças nas formas dos movimentos sociais se organizarem, produzindo novas ferramentas, novos mecanismos de organização, e estratégias de mobilização. As novas formas de comunicação associada às redes sociais acabaram proporcionando o surgimento de um novo repertório de ação.

Não seria um erro, ficar surpreso com as manifestações de uma juventude que aparentemente tratava a política e suas consequências com indiferença. Mas o que foi visto, se mostrava ser algo bem diferente desse sentimento de indiferença, principalmente nos anos 2015 e 2016, como descreve Maria da Glória Gohn (2013) “De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social”.

Farta é a literatura que relaciona a educação com movimentos sociais e que direciona o olhar para as distinções e características entre educação formal, informal e não formal. Aproximamos este trabalho da compressão de que o movimento de ocupação carregava consigo uma perspectiva político-educativa que o aproximava da ambiência não formal, embora com pautas que se colocavam claramente na defesa, dentre outras coisas, de pautas institucionais.

Ainda que os estudantes ocupantes se encontrassem em um lugar institucional, o CDSA, e suas pautas acabassem sendo institucionalizadas, suas práticas não seguiam o mesmo caminho. Os estudantes tinham maneira própria de se organizarem, e estas práticas se aproximavam mais das práticas da educação não-formal, pelas características da própria

estrutura de organização da ocupação, não havia, por exemplo, hierarquias, ou burocracias, os estudantes simplesmente se reuniam e decidiam suas questões entre si e com a participação de todos do movimento.

É importante lembrar, a rotatividade nas funções que cada um tinha durante esse processo, tudo isso respeitando as diferenças culturais, biológicas e históricas de cada um:

designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitamos indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc (GOHN, 2009, p. 4).

Através das atividades desenvolvidas durante a ocupação e a forma como foram executadas, podemos observar características típicas da educação não-formal como desenvolve Maria da Glória Gohn(2009) na passagem acima. Os estudantes ocupantes relataram em suas entrevistas, que a ocupação deu a eles a oportunidade de gerência dos processos educativos, o que permitiu que fossem colocados em prática, processos mais horizontais, respeitando e reconhecendo a importância de seus participantes e também a aproximação com a comunidade, colaborando no sentido de proporcionar “...práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos” (GOHN, 2009, p. 4).

A “ocupação” de espaços públicos como forma de ação dentro dos movimentos sociais, ainda é algo recente em comparação com outras formas de ação dos movimentos sociais. Apesar de sua pouca “idade”, tem sido uma forma de ação bastante utilizada, pelos mais diversos movimentos sociais ao redor do mundo. Um dos principais motivos é o fato do Estado ainda não ter desenvolvido de forma concreta, mecanismos de resposta a essa forma de ação. As maneiras como elas ocorrem acabam sendo complicadores para o Estado, pois geralmente essas ocupações surgem de forma espontânea, através de assembléias.

A ocupação como forma de ação, por si só, já chama atenção, e quando ocorre uma explosão de movimentos que usam essa mesma forma de ação? E isso acontecendo quase que de maneira simultânea, foi o que vimos em 2011 como apresenta Carneiro:

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia (CARNEIRO, 2012, p. 7).

Claramente podemos observar uma espécie de “revolta popular” no mundo, marcada basicamente por duas questões, pela luta contra o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, e também a luta “por democracia”. Essas questões foram o impulso crítico para a realização dos “ocupas” pelo mundo segundo Alexandre Peschanski(2012), para ele, estes movimentos não eram ideologicamente (com órgãos organizados) conduzidos, foram surgindo de maneira espontânea e sem influência partidária. Os “ocupantes” geralmente não tinham propostas de alternativas para as questões pelas quais estavam lutando, mas sabiam bem contra o que lutavam. O plano de fundo eram as dificuldades econômicas consequências da crise de 2008, mas a ausência de alternativas políticas organizadas acabaram sendo cruciais para estas manifestações. (CARNEIRO, 2012).

Os “ocupantes” lutam contra as estruturas políticas e econômicas, estas, tem os excluído de seus processos, excluindo o público do espaço público (HARVEY, 2012). A ocupação como forma de ação, neste sentido é chave, pois se trata de uma forma política de “retomada de posse”. O Estado tem sido cada vez mais esvaziado de suas atribuições como fornecedor de direitos civis e sociais, isso mostra o quão ilusório foi pensar em uma substituição de problemas econômicos por problemas administrativos, como se imaginava que aconteceria através da gestão de conflitos sociais, prometida pela integração da classe trabalhadora via consolidação da lógica providência e da assistência social, como bem comenta Vladimir Safatle (2017).

A ocupação de espaços públicos educacionais seria a novidade trazida por dois países da América do Sul respectivamente, no Chile em 2006 com a “Revolta dos Pingüins” e em 2011. Desde então os estudantes destas ocupações no Chile já carregavam duas características principais em sua forma de organização, a autonomia ea horizontalidade.

No Brasil, as primeiras ocupações têm data no mês de novembro de 2015, a princípio no estado de São Paulo, sendo replicado no Goiás, alcançando o Rio de Janeiro, quase que simultaneamente chegou ao Espírito Santo e Minas Gerais, chegando também ao sul do país, tendo o Paraná como destaque, depois também chegou a alguns estados do Nordeste e Norte



do país.

Podemos observar no Brasil, dois momentos de ápice das ocupações, o primeiro que teve seu auge no final de 2015, caracterizado pela participação basicamente secundarista, e pelas pautas locais de cada escola. O segundo tem seu auge na segunda metade de 2016, quando os movimentos de ocupação adicionam as pautas nacionais, como, por exemplo, a luta contra a PEC do teto dos gatos, a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016), e a PL 867/2-15, conhecida como Escola sem Partido. Agora o movimento ganha força com a participação de ocupações de universidades públicas e de institutos federais.

Contudo, os movimentos de ocupações dos estudantes brasileiros não foi um movimento unânime, existiram estudantes contrários às ocupações, como exemplo, o Desocupa Paraná, apoiados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), e o Direita Minas, fora outros tantos movimentos de “desocupa” pela Brasil.

Apesar dos diferentes contextos entre os ápices das ocupações, o que nos interessa neste trabalho é saber quais os significados políticos e educativos presentes neste movimento das ocupações, em específico, o “Ocupa CDSA”.

O processo de reação às ocupações desencadeadas pelo Brasil e pelo mundo inteiro, quase sempre foram baseadas na intimidação das autoridades públicas (escolares, universitárias, etc) e também por iniciativas judiciais que pudessem criminalizar os ocupantes. Deste modo, os ocupantes tiveram, em inúmeros momentos, que contar com uma rede de apoio que extrapolava a solidariedade interna dos estudantes, abrindo possibilidade para a solidariedade classe, entre distintas categorias de trabalhadores (as).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo trata da análise dos dados coletados através das entrevistas semiestruturadas com participantes do processo de ocupação do CDSA e, para tanto, recorre a uma forma de organização que se divide em três partes integradas, sendo elas relativas aos objetivos específicos traçados no trabalho.

Deste modo, inicialmente abordaremos o conjunto de concepções dos(as) entrevistados(as) a respeito do cenário econômico, social e político que vigorava na época da ocupação do CDSA; em seguida trataremos dos processos de participação

político-pedagógica durante a ocupação e, por fim, evidenciar os impactos da ocupação do CDSA para a comunidade universitária.

### 4.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS MOTIVAÇÕES DA OCUPAÇÃO DO CDSA

Em 2016 o Brasil já estava sob efeito da crise do capitalismo que havia sido desencadeada em 2008 nos EUA e de expandido para o restante do mundo, influenciando de maneira mais imediata toda a comunidade europeia e, de modo mais sentido e tardio os países semicoloniais como o Brasil. Havia, neste sentido, como parte das respostas da coesão burguesa em crise no Brasil, a necessidade de medidas de austeridade no campo econômico e uma reconfiguração do sistema político também em crise.

Este é o período da dissolução da então presidente Dilma Rousseff e da consequente aprovação de inúmeras contrarreformas (BEHRING, 2003) operadas no governo de Michel Temer, dentre as quais se destaca a então PEC 241 (que viria a se converter em PEC 55 no Senado e, após a aprovação; Emenda à Constituição número 95).

Tal medida foi o gatilho que desencadeou uma onda de manifestações populares pelo Brasil inteiro, uma vez que a então “PEC do fim do mundo” instituiu o congelamento de investimentos nos chamados “gastos primários”, como saúde e educação durante vinte exercícios financeiros (20 anos), mas mantém o compromisso com as despesas financeiras de juros e amortizações da dívida pública (DAVIES, 2016). Diante deste cenário de uma relativa reconfiguração econômica do Estado brasileiro, procuramos coletar relatos dos participantes da ocupação a respeito desta conjuntura e de como ela impulsionou a construção dos processos de ocupação. É do que trataremos adiante.

A conjuntura econômica e política que provocou as ocupações, tendo como trunfo no ano de 2016 a PEC do teto dos gastos, certamente não traria benefícios para a população, e

talvez também por isso não contou com a sua participação no surgimento da mesma, e muito menos incentivou discussões a níveis populares em seu andamento como muito bem expressam em suas falas alguns estudantes que viveram esse momento naquele ano: *“eu acho que a palavra que resume a construção da PEC do teto dos gastos, é **“arbitrária”**, até porque, a PEC atingiria primeiro os mais pobres, justamente **os que não participaram desse processo**”; “A PEC do teto dos gastos, foi uma medida totalmente criada de cima pra baixo, sem a participação de quem mais sofreria com seus impactos, mesmo sabendo que ela teria 20 anos de vigência”; “E essa PEC queera para ser discutida **de forma conjunta com a sociedade civil**, onde na verdade não foi discutida, a não ser internamente **entre deputados e senadores**”*(JOAQUINA; ATONIETA; JOSÉ, 2021).

De um ponto de vista geral, ressaltamos que efetivamente a PEC 241 se constitui como o mote de revolta estudantil no Brasil e no CDSA. Os entrevistados apresentam como regularidade em suas falas a ideia de que a medida é arbitrária por deixar fora do seu espectro de formulação e decisão o conjunto da população da sociedade civil. Este é um importante indicador do descolamento ainda mais acelerado da superestrutura do Estado brasileiro em relação à população (ainda mais em momento de crise aguda) e do quanto as medidas pretendidas e aprovadas acentuavam o descrédito do sistema político brasileiro.

Aqui, identificamos que as falas se remetem predominantemente a um aspecto de forma, isto é, do modo como foi produzida e aprovada a medida e não exatamente ao seu conteúdo (embora este esteja pressuposto por todos). Isto nos indica que a ideia de participação ampliada dos estudantes se constituía com um radical reprimido que aflorou diante da conjuntura. Isto tudo expressa como o neoliberalismo tem produzido uma sociedade política e jurídica íntima a despeito do conjunto da população e da garantia das funções ordinárias do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Podemos observar com clareza na fala desses estudantes a indignação que eles sentiram desde o momento da criação dessa proposta de Emenda, a injustiça estava estampada para quem tinha acesso aos fatos, pela forma como se deu seu processo de fomentação. Todo esse contexto também remetia a outra questão como descrevem estes estudantes: *“a ocupação se deu no contexto político do pós-golpe da presidenta Dilma em 2016, e quem assumiu foi Temer. E aí acho que a revolta se deu também por causa disso, pois acho que quem defende minimamente a democracia viu que foi um golpe”; “Quando a PEC 241/55 foi proposta, na verdade ela foi um símbolo de um mega projeto de desmonte no sistema educacional brasileiro que passou a se desenhar principalmente pós-golpe de 2016 e conseqüentemente com a posse do presidente Temer”* (JOSÉ; PEDRO, 2021).

Fica evidenciada a importância dos acontecimentos da dissolução da presidente da república Dilma Rousseff e do aprofundamento da agenda neoliberal que seguiu a isso como desencadeador da ocupação, a exemplo da então PEC 241. Assim, na fala dos entrevistados, esse constitui um dos fatores importantes da ocupação, acentuando ainda mais que a indignação dos estudantes estava dirigida aos processos de congelamento do fluxo participativo das massas, de destituição de representantes políticos (SAFATLE, 2016) e das arbitrariedades daí decorrentes.

Não obstante os impactos sociais, e a questão política do golpe institucional, ainda havia uma pauta interna no caso específico do CDSA, pois este sofria uma ameaça real de possível fechamento com aprovação da PEC do teto dos gastos, como expõe este estudante: *“na época a gente se revoltou realmente por conta do perigo que tinha do fechamento do campus principalmente”* (EMANUEL, 2021). E tínhamos motivos para acreditar nisso, como o estudante Pedro descreve:

Então a gente sabia que isso tudo traria um retrocesso muito grande, se a gente pegar o contexto da UFCG, uma universidade que surge a partir de investimentos ampliados no ensino superior, e ainda essa mesma universidade passa por uma ampliação interna onde temos hoje sete campus, e a gente sabia que o campus onde estávamos fazendo a frente, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, era um dos *campus* que estavam mais ameaçados pela quantidade de evasões, e por ser o menor e mais novo entre os sete. Quando pensamos sobre isso, apresentamos a proposta de uma assembleia estudantil para pensarmos junto com a comunidade estudantil sobre o momento que estávamos vivendo e seus impactos (PEDRO, 2021)

Por estar em um ambiente educacional, e a grande maioria fazer parte das classes mais baixas, e estar em um campus tão vulnerável nos aspectos que Pedro descreve que nos trouxe tamanha urgência e preocupação.

Isto demonstra que a motivação nacional das ocupações era capaz de ganhar traços específicos em cada região e lugar do Brasil. Existia uma clareza entre os estudantes da situação universitária vivenciada pelo CDSA frente às já vigentes políticas de expansão precarizada do Ensino Superior (SILVA, 2018) que, a partir da PEC 241 passariam a ameaçar a existência do centro universitário de maneira decisiva. Constituíam-se assim um nexo entre a situação nacional e a situação local, que articulava em uma única pauta o processo e ocupação.

Mas, os estudantes viviam naquele momento o período de recesso na UFCG, apesar dele, conseguimos nos organizar como apresenta a estudante Eduarda: *“No início estudamos muito a proposta da PEC e colocamos como pauta principal, pois esta era também a pauta das ocupações estudantis pelo Brasil, e a intenção era justamente barrar essa PEC”* (2021).

Seguíamos também uma cartilha com orientações de como deveríamos dar prosseguimento no processo de ocupação da forma mais segura e democrática possível, cartilha essa usada nos movimentos de ocupações secundaristas no ano de 2015, mas que antes, foram utilizadas na organização de ocupações das escolas e universidades no Chile em 2006 e 2011. Com as palavras da estudante Eduarda, podemos descrever melhor como se deu esse processo:

O movimento de ocupação veio desde as movimentações de 2015 em São Paulo, que foram extremamente significativas, os estudantes das escolas públicas se manifestaram ocupando as escolas contra as medidas propostas pelo governo Alckmin na época, e aí a gente usa como método a ocupação também. Na verdade, seguimos a linha de manifestação de outras universidades, escolas. Nesse sentido decidimos organizar um movimento para propor a ocupação também no campus de Sumé (EDUARDA, 2021).

Tínhamos consciência de nossa responsabilidade com o *campus* e com quem ainda estava por alcançá-lo: *“seria para nós estudantes, principalmente vindos das classes mais baixas, um grande egoísmo não pensar em quem ainda está por vir”* (PEDRO, 2021). Com certeza esse fator pesou para que começássemos a pensar em ocupação, ainda mais sabendo do contexto histórico do surgimento do nosso *campus*: *“até porque, antes de nós houve uma luta para que esse campus chegasse até Sumé. Então o mínimo que poderíamos fazer era assegurar uma luta para garantir que esse campus não fosse fechado”* (PEDRO, 2021).

Com tudo isso, queríamos deixar explícitos os impactos que a PEC 241/55/EC 95 poderia trazer para os brasileiros: *“por esse motivo houve uma mobilização estudantil nacional, então ocupação foi uma espécie de “grito” para denunciar o que hoje ficou claro, o projeto de desmonte nas universidades públicas”*. Podemos dizer que não apenas na educação pública, mas em outros setores sociais, serviços públicos essenciais, como saúde, segurança, entre outros. Víamos nessa época, essa proposta de emenda como apenas mais uma medida de desamparo do Estado para com seu povo, e sabíamos que de onde veio essa, viriam muitas outras medidas nesse mesmo sentido como aponta Emanuel:

Hoje vemos o que acontece, não existem mais investimentos em educação praticamente, e o que existia vem sendo cortado a cada ano, é como se fosse uma contagem regressiva para o fim. Em relação à saúde, a mesma coisa, parece que deu um respiro agora com a pandemia porque o governo foi obrigado a fazer um investimento mínimo, mas não fez nem metade do que deveria fazer, enfim, é um estrangulamento total que a gente vem sofrendo que começou lá, digo em relação à aprovação da PEC do teto dos gastos em diante, mas isso começou bem antes, até no próprio governo de esquerda já se sentia um pouco desse retrocesso. Nesse momento sinto que o nosso movimento (as ocupações) teve a leitura correta, também pela radicalidade da “coisa”, pois o pior ainda viria depois, ali foi apenas um “anúncio”.

A fala de Emanuel mostra o quanto éramos conscientes de nosso papel enquanto estudantes, e o quanto estava claro o projeto de desmantelamento do Estado como provedor de serviços sociais: *“ela era apenas a ponta de um iceberg de um projeto maior, aonde nesse conjunto vinha também a reforma do ensino médio, a reforma da previdência, a reforma trabalhista e outras reformas que faziam parte desse pacote”* (PEDRO, 2021).

#### 4.2 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DURANTE A OCUPAÇÃO

Podemos observar que, os movimentos de ocupação no contexto nacional surgem num momento em que sindicatos e partidos políticos não ofereciam respostas contundentes frente à ofensiva neoliberal. E podemos ver isso através da fala dos próprios estudantes ocupantes: *“a gente pode perceber, e até onde eu tenho conhecimento, não existiu ocupação puxada por nenhum partido ou movimento social, os estudantes organizados foram os responsáveis. Até onde eu sei, no Brasil inteiro foi assim”; “Durante o movimento até obtivemos algumas ajudas do pessoal da esquerda, pessoal de alguns movimentos. Mas dizer que a ocupação foi organizada por algum movimento, isso não houve”* (EMANUEL; EDUARDA, 2021).

Com isto, pudemos identificar, também a nível local, que as movimentações que desencadearam as ocupações ocorreram de modo mais ou menos espontâneo, isto é, não baseados em nenhuma articulação política oriunda de centrais, bases partidárias, movimentos sociais e partidos políticos já organizados. É importante mencionar que estas influências estiveram presentes no interior dos processos de ocupação pelo Brasil e pelo mundo, mas não se constituíram como a força movente do processo de luta estudantil.

Assim, existiu um caráter de independência política muito acentuado nos estudantes ocupantes da universidade, em particular do CDSA. Tal fato demonstra, para além do descontentamento com o sistema político brasileiro já muito afetado pela crise do capital, uma saturação de vias consideradas mais correntes e seus métodos de luta política. A ocupação representou um ponto de inflexão no processo de articulação política nas universidades e escolas, principalmente.

Foi possível identificar, no interior da ocupação, alguns instrumentos concretos que caracterizaram a participação político-pedagógica dos estudantes. Dizemos do seu caráter político-pedagógico porque na ocupação, as atividades expressavam uma posição orgânica do grupo não apenas do ponto de vista político, senão também que do ponto de vista

metodológico, o que constituía momentos formativos no interior do grupo durante o processo. Isso ocorria pela própria natureza autogestionária e coletiva das atividades e comissões criadas na ocupação, planejamento conjunto e rotatividade nas atividades desenvolvidas.

Tais coisas são expressas pela maior parte dos entrevistados em alguns momentos: *“na parte de planejamento, existiam assembléias para discutir sobre nossas decisões em conjunto, todos participavam nas discussões e nas decisões, isso que é o mais importante, acho que são essas práticas que deveriam fazer parte do cotidiano de uma instituição que se diz democrática”* (EMANUEL, 2021). Assim, criou-se uma linha de condução política mais democratizante e que formava no próprio decorrer do seu curso. Isto era expresso pelas atividades realizadas na ocupação, que foram instrumentos concretos de vivência político-pedagógica das ocupações, como se verá adiante.

O que existia naquele momento era a necessidade dos estudantes de se organizarem, e dessa forma, começar a analisar o conteúdo proposto pela PEC 241/55, e assim foi feito antes e durante a ocupação como poderemos ver através do processo de construção da própria assembléia dos estudantes: *“me lembro de ter conversado com um colega de classe para fazermos alguma coisa para que essa PEC não passasse, nesse momento pensamos em chamar uma assembléia estudantil pela gravidade das propostas”*; *“Lembro que estávamos de recesso, mas assim que voltamos à Sumé, a organização foi se tornando cada vez mais necessária, e assim pensamos na idéia de chamar uma assembléia estudantil, e chamamos”* (EMANUEL; EDUARDA, 2021).

Deste modo, a **primeira iniciativa** foi a criação de um **ambiente de estudo** crítico sobre a medida da PEC 241 que estava por ser aprovada no Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Tal aproximação com o conteúdo da medida desencadeou a necessidade da construção de espaços coletivos de deliberação estudantil, isso foi expresso com a medida da **Assembleia Estudantil**.

O cenário nacional de luta contra a PEC do teto dos gatos através das ocupações, de certa maneira acabou incentivando os estudantes de Sumé a, no mínimo, pensar sobre seus impactos em suas realidades: *“diante de todo movimento de ocupação em outras universidades, sentimos a necessidade de debater, de sentar juntos para pensar formas de ação que somassem na luta contra a PEC. Essa foi a pauta de nossa assembléia”* (EDUARDA, 2021). Apesar de, passado o momento da assembléia no dia 03 de novembro de 2016, e a mesma ter como deliberação a ocupação do *campus*, o debate sobre a PEC do teto dos gastos e seus impactos continuou.

Mas dessa vez, existia uma preocupação em trazer a comunidade para fazer partedele:

*“outra intenção que o ocupa tinha, era trazer a comunidade do entorno para dentro da universidade. Nesse sentido convidávamos a comunidade para participar de nossas atividades e poder ter um contato com o debate sobre a PEC”*; *“ Fizemos atividades como, palestras, apresentações culturais locais, o cine ocupa, rodas de conversa sobre a conjuntura política e econômica do nosso país e dos possíveis impactos da PEC sobre nós”* (JOAQUINA; ATONIETA, 2021). Dessa forma, os estudantes conseguiam ampliar o debate sobre a PEC do teto dos gastos como sempre quiseram e como consequência, criou-se um consenso entre os estudantes e a comunidade, agora estavam na luta juntos.

Podemos perceber a abertura para esse espaço de diálogo com a comunidade, na fala de um professor da rede municipal que entrou em contato com os estudantes ocupantes, para saber se seria possível uma visita com seus alunos no *campus*, para que eles também tivessem acesso aos debates sobre as consequências da PEC do teto dos gastos, já que a escola em questão estaria em um período de discussão orçamentária.

Os estudantes ocupantes prontamente aceitaram a visita e propuseram uma roda de diálogo: *“Foi uma tarde de múltiplos aprendizados onde a articulação entre estudantes da Educação Básica e estudantes do CDSA, promoveu uma ampliação referente a conscientização e as atitudes políticas e sociais, sejam elas numa escala micro, lá na escola José Bonifácio Barbosa de Andrade, ou sejam elas numa escala mais abrangente na Universidade Federal de Campina Grande no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido”* (JUARÉZ, 2021).

A proposta de trazer a comunidade para o interior da ocupação expressa a necessidade de suprir uma carência histórica do modelo de universidade brasileiro, que é de relativo afastamento em relação às questões nacionais e de interesse comunitário. Assim, uma das bandeiras que se impunha entre os ocupantes era de produzir uma maior integração com o exterior da própria universidade, no sentido de unificar o campopopular no geral com as lutas estudantis que estavam sendo travadas.

Chamou atenção que, em meados do processo de ocupação do CDSA, a comunidade local também realizou um protesto contra a PEC 241, a Reforma do Ensino Médio, o projeto Escola Sem Partido. Tal fato expressou a insatisfação popular ante o cenário nacional e local, ainda que as relações políticas não fossem tão estreitas como entre os próprios estudantes.

Claro que tamanho movimento traria suas consequências, uma delas, foram as pressões e intimidações que os estudantes sofreram para que o movimento de ocupação fosse encerrado imediatamente. Contrário ao movimento de ocupação chamado *“OcupaCDSA”*,



surgiu o “*DesocupaCDSA*”, esse segundo, composto também por alguns estudantes e professores. Trago dois relatos marcantes que através das entrevistas pude ter contato:

Nossa luta era ser contra a PEC, tentar barrar a PEC, pelo dano que a gente sabia que ela causaria. Agora que, assumir essa posição fez com que tivéssemos outros embates, como por exemplo, com o direção do *campus* que a todo o momento mostrou ser contrária ao nosso movimento, alguns professores que por também não serem favoráveis ao movimento se utilizavam de suas relações de poder contra a gente para tentar nos intimidar, tivemos que passar por várias tentativas de reintegração de posse, por parte de um ministério público estadual que mesmo sem ter jurisprudência para intervir em nosso movimento, pois o *campus* é uma unidade federal, mesmo assim fomos convocados para uma conversa com uma delegada estadual, a qual pediu que o movimento fosse encerrado, mesmo sem ter nos ouvido, ou estar disposta a isso, lembrando que fomos convocados dentro de uma perspectiva em que recebemos intimação oficial. Outro embate foi com o ministério público federal lá em Campina Grande, que por várias vezes se ofereceu à reitoria para emitir uma reintegração de posse, mesmo sabendo que essa emissão teria que partir de um movimento inverso (PEDRO, 2021).

Assim, muitos embates foram travados no processo de ocupação, de modo que a principal estratégia de pressão pela desocupação da universidade se deu pelos argumentos de ordem judicial e pela criminalização do movimento de ocupação. Cabe ressaltarmos que o então Reitor da Universidade se fez presente no município de Sumé e manteve conversas com os movimentos *DesocupaCDSA* e *OcupaCDSA*. No momento em que os estudantes o receberam na universidade, o encontro ocorreu em um prédio chamado Núcleo de Extensão da Agricultura Familiar (o NEAF). Este era um dos prédios mais utilizados pelo movimento estudantil, era onde fazíamos as refeições, organizamos oficinas, realizamos várias reuniões.

Tal prédio recebe atualmente diversos estudantes que, momentaneamente ou permanentemente, não podem ocupar a residência estudantil. Apesar do espaço relativamente amplo (dormitórios (masculino e feminino) com um banheiro cada, um auditório amplo, cerca de três ou quatro salas de aula, com mais dois banheiros, uma dispensa anexada à cozinha), não conta com a estrutura necessária para acolher bem a demanda estudantil e não conta também com nenhuma climatização. A intenção de receber o reitor da universidade neste ambiente tinha um propósito político de colocá-lo mais próximo da ambiência estudantil cotidiana.

No encontro, o reitor ouviu sobre o processo de ocupação e suas razões frente ao cenário nacional e também sobre as pautas locais, que eram necessidades estudantis e da comunidade universitária. De lá, oficializou-se uma promessa de construção do Restaurante Universitário para o ano seguinte, o ginásio de esportes (que havia sido direcionado ao campus de Cuité, não sendo feito em Sumé), as passarelas no interior do *Campus*, dentre outras questões.

Outra estratégia utilizada pelos estudantes foi a articulação política com docentes que apoiavam o processo de ocupação, seja para o tratamento de questões jurídicas, doações de alimentos e de coisas que ajudassem a manter os estudantes na universidade. A articulação com outros segmentos da universidade foram fundamentais para a unificação do processo de mobilização dos estudantes, como por exemplo como servidores técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados da universidade.

A esse respeito, cabe dizermos que os trabalhadores terceirizados estavam com os seus pagamentos atrasados e os estudantes se manifestaram por não fazer a abertura dos portões para que estes pudessem trabalhar até que tivessem a sua situação regularizada. Os trabalhadores da segurança seguiram trabalhando, em comum acordo entre estudantes e Reitoria, mas sem a posse das chaves dos prédios da universidade.

Podemos perceber o quanto o movimento contrário estava intencionado em encerrar a ocupação, e não existia discussão sobre qualquer alternativa, que não fosse a da saída dos estudantes ocupantes. Logo em seguida, outro relato, esse traz a perspectiva que alguns professores tinham a respeito dos estudantes:

Houve até um caso, de um período que estive no portão, um dos professores da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais veio me atacando com palavras de baixo calão, inclusive eu acho que esse fato merece ser ressaltado, porque os alunos são vistos como uma ameaça, principalmente pelos professores mais conservadores, que não concordam com esse tipo de manifestação dentro da universidade, e por isso atacam quem mais sofre ali dentro, que são os estudantes. Lembrando também que o diretor do *campus*, não nos reconhecia enquanto movimento, houve até um fato inusitado, o próprio diretor por não reconhecer o movimento, não quis pedir autorização aos estudantes para entrar, então resolveu pular o portão, sem dar satisfação alguma sobre o motivo da sua entrada e ainda acusou os estudantes de terem o colocado em cárcere privado, pelo simples fato de também não reconhecermos sua entrada no *campus*, e por esse motivo queríamos que ele sáisse por onde entrou (JOSÉ, 2021).

Produziu-se, como se vê uma polarização política que se manifestou, não raramente mediada por uma disputa de poder entre segmentos estudantis e de posições políticas. Essa polarização fica muito clara no momento em que os estudantes ocupantes realizam um momento de “debate”, com a comunidade e o *DesocupaCDSA* também foi convidado. O intuito era fazer uma explanação sobre as possíveis conseqüências que a PEC do teto dos gastos teria sobre o *campus*, e assim, talvez conseguir mais apoiadores: *“então assim criamos um momento, uma espécie de debate dentro das atividades realizadas, onde convidamos todos para falarmos sobre os motivos da ocupação. Mas, esse momento ao invés de criar consensos, agravou ainda mais as diferenças.”* (JOSÉ, 2021).

O que aconteceu ainda nesse momento do debate, vale ser ressaltado, pois ali, foram feitas várias agressões verbais contra o movimento *OcupaCDSA*, fora as ameaças de agressões físicas. Aparentemente, essa polarização política que já se encontrava no cenário nacional, se revela em Sumé em consequência da ocupação. Observamos que até as mesmas práticas de intimidação utilizadas pelos “*desocupas*” Brasil à fora, serviram como padrão para o *DesocupaCDSA*.

Ainda hoje, o campus, se encontra bastante polarizado, podemos observar quando se confunde qualquer reivindicação trazida por alguém que participou da ocupação, ou que, concorda com o que foi feito, como uma justificativa para uma nova ocupação. Isso sempre tem ocorrido em qualquer chamada de assembleia estudantil. Essa confusão de interesses acaba prejudicando a luta estudantil nos seus mais diversos setores, impossibilitando uma união enquanto classe.

Apesar de todos os esforços do movimento contrário, e de suas articulações para o fim do movimento, a ocupação se manteve, e perdurou até as vésperas do natal. Graças à força dos estudantes ocupantes e suas estratégias de resistência, e também ao apoio de alguns colaboradores com doações.

#### 4.3 IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DO CDSA PARA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Quando se fala nos impactos que a ocupação causou ao CDSA, devemos antes de tudo, ter conhecimento sobre as reivindicações de tal movimento. O *OcupaCDSA*, tinha como pauta principal o combate à PEC do teto dos gastos, pois esta era a pauta nacional das ocupações, mas, o movimento também tinha suas pautas locais, demandas estudantis (mas agregando-se e unificando força com outras categorias e segmentos universitários, com o caso dos trabalhadores terceirizados e os professores (as) da Educação Básica), como: a construção do restaurante universitário, do ginásio de esportes, de uma área de convivência universitária, e das passarelas entre os prédios da universidade, e da ampliação da residência universitária.

É importante registrar um impacto anterior à própria ocupação, pois no dia da assembleia estudantil no dia 03 de novembro de 2016, tendo início às 18 horas. Teve seu andamento por alguns instantes interrompido por uma pessoa que se dizia responsável pelo ENEM na região de Sumé, município onde se encontra o CDSA. Os estudantes foram questionados por essa pessoa se iriam de fato atrapalhar o ENEM ou não, naquele momento os estudantes responderam também com uma questão, se a pessoa permitiria o andamento da

assembleia ou não.

Este fato foi fundamental para deliberação dos estudantes pela ocupação do *campus* no dia da própria assembleia, tendo em vista, que no dia seguinte o prédio da universidade seria “entregue” aos responsáveis para a organização da realização do ENEM. Então, uma assembleia que já vinha de horas de discussão acabou tendo seu final um pouco mais apressado, já que existia a possibilidade da entrada do *campus* ser interditada no dia seguinte, impedindo qualquer tipo de reunião e evitando a manifestação dos estudantes.

Estes acharam melhor ocupar o *campus* no mesmo dia da assembleia, se adiantado a qualquer resposta à manifestação por parte da própria direção de centro, e por consequência conseguiram chamar atenção de vários estudantes secundaristas que se preparavam para o ENEM no CDSA, de forma proposital, pois este *campus* estava ameaçado com a aprovação da PEC 241/55. O exame que seria realizado no *campus* acabou sendo redistribuído para outras escolas do município em outras datas, e os estudantes não foram prejudicados.

Como já foi dito antes, através do encontro do *OcupaCDSA* com o reitor, foram oficializadas algumas promessas durante este momento. Atualmente se encontram construídos o restaurante universitário e as passarelas, já, as construções do ginásio de esportes, da área de convivência universitária e a ampliação da residência universitária seguem pendentes.

É importante que se diga, com a ocupação os estudantes tiveram a oportunidade de vivenciar experiências muito distintas das vividas em sala de aula, mas vale lembrar também, que estas experiências foram promovidas por eles próprios: *“durante a ocupação podemos ter contato com práticas muito mais democráticas, através de nossa forma de organização, pudemos vivenciar de fato, experiências de processos de aprendizagem que faziam sentido, porque estávamos ali tentando resolver problemas reais e que afetavam a nossa realidade”* (EMANUEL, 2021).

Do mesmo modo, os impactos que ocupação causou na comunidade universitária alargaram o sentido do que significava a universidade e a sua movimentação estudantil interna, pela mediação da luta política das lutas locais e nacionais.

Nesse sentido, podemos observar que foi criada durante a ocupação uma cultura democrática entre os estudantes através de suas atividades, e também uma maior preocupação com sua realidade local, em específico o *campus*. Isso surtiu efeito pós- ocupação, os estudantes viram a necessidade de continuarem organizados e em busca de seus objetivos enquanto classe: *“dentro da perspectiva estudantil, o maior impacto que vejo, foi a reorganização de forma sólida dos Centros Acadêmicos. A ponto de um candidato à diretor de centro apoiado pela reitoria que não queria sentar com a classe estudantil do CDSA, em*

*sua campanha no ano de 2019, ser pressionado por ela a isso, e acabar cedendo à pressão e sentando com esses estudantes”*(PEDRO, 2021).

Esse movimento de organização não partiu apenas das pessoas que ocuparam, mas também os contrários à ocupação se sentiram no dever de se organizarem para manter sua posição: *“a ocupação por ter gerado um movimento contrário naquele momento, e esses vendo o pessoal pós-ocupação se organizando, resolveram se organizar também, nesse sentido a ocupação revitalizou o movimento estudantil no CDSA. E a partir das organizações dos CA’s, foi possível também organizar o Diretório Central dos Estudantes”* (ATONIETA, 2021). A luta dos estudantes durante a ocupação encorajou todo o resto, a revitalização do movimento estudantil no *campus* foi algo muito natural e inevitável. Ainda hoje os CA’s se encontram ativos.

Após esses acontecimentos, o tratamento da direção para com os estudantes mudou, ficou nítido o reconhecimento da luta dos estudantes por parte da instituição. Isso não quer dizer que esteja tudo bem, já que consulta realizada para reitoria na UFCG ainda são realizadas de forma proporcional, no que diz respeito ao peso do voto de docentes, técnico-administrativos e discentes, o que prejudica bastante os estudantes nesse processo. Mas, graças às práticas democratizantes realizadas durante a ocupação, os estudantes não aceitam mais essa forma de consulta antidemocrática, nesse sentido, a pauta principal dos estudantes hoje no CDSA é a **luta pela consulta paritária**.

Em relação aos impactos no âmbito comunitário, esse foi percebido diariamente durante ocupação através das atividades realizadas pelos estudantes, principalmente no portão da universidade, mas também por atividades dentro do *campus*: *“a minha avaliação, do ponto de vista da comunidade, é que a gente de alguma forma conseguiu ultrapassar “muros” da UFCG pelas próprias atividades, mas tem muito a ser feito ainda”*; *“nesse sentido, promovíamos sempre ao final da tarde, atividades no portão da universidade e convidávamos todos que por ali passavam. Atividades inclusive com associação de moradores, e dando a eles o direito da fala. Nossa preocupação enquanto movimento era trazer a comunidade para dentro da universidade e que ela entendesse aquele espaço como dela”* (ATONIETA; PEDRO, 2021).

Consideramos impacto na comunidade, o interesse dos estudantes de uma escola secundarista do município para com o movimento de ocupação no CDSA:

Chegamos também, a ser procurados por alguns estudantes da escola estadual José Gonçalves de Queiroz, que estavam interessados em saber mais sobre a ocupação e pensando em fazer parte da luta contra a PEC do teto dos gastos ocupando sua escola. Em seus relatos, os estudantes da escola se diziam preocupados também com o impacto local da PEC sobre a possibilidade do fechamento do *campus*, o que acabou os deixando preocupados, pois muitos deles pretendiam estudar em sua própria cidade (PEDRO, 2021).

Apesar do interesse dos estudantes secundaristas, a direção da escola em questão fazia “marcação cerrada”, segundo os relatos, os encontros com os universitários eram realizados na escola apenas em momentos em que a diretora não se encontrava, aparentemente esse encontro não estaria sendo permitido.

No período de ocupação, a relação dos estudantes ocupantes com a comunidade era muito amistosa, a ponto de alguns entrevistados relatarem que quando iam ao centro da cidade, algumas pessoas que os conheciam perguntavam sobre a ocupação e como estavam se virando. Existia uma comunicação da ocupação para com a comunidade via rede social, o *OcupaCDSAmantinha* tinha uma conta no Facebook, onde eram publicadas as agendas de atividades e seus registros: “*lembrando que nossas atividades eram publicadas nas redes sociais e após as realizações sempre postávamos fotos sobre os acontecidos*”.

Durante a ocupação, entre suas atividades, houve uma um pouco diferente e merece ser relatada neste trabalho, pois simboliza para os estudantes uma vitória perante a direção do *campus*:

Houve também um momento muito marcante durante a ocupação, que colocamos em prática um projeto dos estudantes que tinha sido engavetado pela direção do centro, que foi o “Colore CDSA”. Nesse sentido, conseguimos com o apoio de alguns professores, pagar um profissional para fazer um grafite com a temática do próprio município na parede da biblioteca do *campus*. Essa arte hoje em dia se tornou quase um ponto turístico, mas que antes da ocupação nem se pensava (EDUARDA, 2021).

No momento em que esta atividade foi realizada e exposta à comunidade via rede social, rapidamente os contrários tentaram mais uma vez criminalizar o movimento de ocupação, mas que por fim, a atividade foi considerada legítima. Essas vitórias que os estudantes foram tendo, pouco a pouco lhes alteraram a maneira de perceber sua atuação dentro do ambiente universitário. A ocupação levantou a auto-estima dos estudantes e este foi um dos maiores impactos.

Deste modo, a ocupação da universidade demonstrou que, para além da defesa da universidade que existe, a reconfiguração relativa de uma universidade que poderá existir de outro modo. Foi assim que os (as) estudantes do CDSA desenvolveram inúmeras atividades políticas e educativas com outros estudantes, professores (as) e comunidade universitária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos por propósito desta investigação: Compreender os significados políticos e educativos do processo de ocupação do CDSA, e de modo mais específico: Caracterizar a conjuntura econômica e política e o processo de desencadeamento da ocupação do CDSA; Analisar os processos de participação político-pedagógica durante a ocupação; Analisar os impactos da ocupação do CDSA para a comunidade universitária. Toda a organização da análise dos dados procurou dar andamento a esta estrutura, de modo a chegarmos a considerações mais conclusivas sobre a pesquisa.

A partir das análises realizadas através das entrevistas com alguns estudantes que participaram da ocupação, podemos observar primeiro às motivações que levaram os estudantes do CDSA à ocuparem seu *campus*, o peso que conjuntura político-econômica somada às possíveis conseqüências que a PEC do teto dos gastos, com seus 20 anos de congelamento nos investimentos sociais, poderia trazer tanto em âmbito nacional, como no âmbito local.

As políticas de cortes sociais ao final dos governos PT, e logo em seguida com Temer assumindo a presidência, faziam parte deste contexto. A forma de fomentação da PEC 241/55 também foi alvo da revolta estudantil em âmbito nacional, pois esta Proposta de Emenda tratava conseqüências drásticas para a grande maioria da população, sem que esta maioria participasse de suas discussões, e muito menos que tivesse conhecimento sobre seu conteúdo.

Para além dos impactos a nível nacional, existia uma ameaça real ao CDSA se caso a PEC do teto dos gastos fosse aprovada. A partir desse momento, que os estudantes passarem a se organizar para pensar em formas de abrir espaços de discussões sobre a PEC e suas conseqüências. Fica evidente a necessidade que os estudantes sentiram de ampliar essas discussões para o público no geral, e isso se dá pelo conteúdo da própria Proposta de Emenda, muitas vezes relatada pelos estudantes como uma medida catastrófica para a população, nesse sentido, a proposta da assembleia estudantil, e logo em seguida a própria ocupação e suas atividades, serviram como espaços para estudo e discussões sobre a PEC do teto dos gastos.

Também foi relatado, o caráter pedagógico que o processo de ocupação proporcionou aos estudantes através de suas atividades, organizadas sempre de maneira conjunta, e respeitando as vontades de cada participante no que diz respeito às suas funções. Os estudantes ocupantes fizeram questão de declarar a autonomia e independência política do movimento de ocupação, mesmo que este tenha se mantido com algumas colaborações, mas

se tratando da organização e da condução dos momentos durante a ocupação, fica evidente a iniciativa estudantil.

A expansão do diálogo entre universidade e comunidade, foi outro aspecto evidenciado, a todo o momento os entrevistados ressaltavam a preocupação em estreitar os laços com a comunidade. A forma como as atividades eram pensadas sempre envolvia a participação da comunidade de alguma maneira. Esse foi um impacto causado pela ocupação, e que trouxe resultados como foi observado no trabalho.

Outro grande impacto se deu entre os próprios estudantes, e sua forma de organização pós-ocupação. No que diz respeito a este impacto, causado pela própria ocupação na vida estudantil dentro do CDSA. Podemos observar que, o movimento estudantil foi revitalizado e ressignificado, pois antes da ocupação os Centros Acadêmicos, por exemplo, estavam desativados. Após a ocupação os Centros Acadêmicos foram ativados, dando condições para a também ativação do DCE.

Os estudantes sentiram a necessidade de se manterem organizados, como forma de garantir que suas demandas seguissem sendo atendidas, como por exemplo, a luta pela consulta paritária, e também para manterem suas posições políticas dentro do *campus*. De certa forma, a universidade sentiu essa diferença na atuação dos estudantes e passou a tratar de maneira distinta as reivindicações estudantis.

É importante destacar, o tipo de repertório de ação utilizado pelos estudantes, pois a ocupação de espaço público como forma de manifestação, principalmente de ambientes educacionais ainda era muito recente neste país, as primeiras tinham acontecido em 2015, um ano antes da ocupação do CDSA. Neste sentido, esse tipo de repertório de ação foi um trunfo para os estudantes, já que, o Estado ainda não tinha desenvolvido de forma concreta mecanismos de resposta a esse tipo de ação.

Diante das análises, podemos dizer que a ocupação teve como seu principal significado político e pedagógico, o salto na integração comunitária e estudantil, já que, durante todo o movimento observa-se o esforço dos estudantes no estreitamento de relações com a comunidade, pois foi relatada uma aproximação para além da tentativa da ampliação do debate sobre a PEC do teto dos gastos. E para os estudantes a própria revitalização do movimento estudantil no *campus* caracteriza esse salto, mas também todas as atividades desenvolvidas durante a ocupação, e a forma como foram realizadas. Soma-se a isso, uma inflexão das formas clássicas de luta universitária, pois, os estudantes organizados seguindo a linha nacional de manifestações através da ocupação, se utilizaram de formas de ações de inovadoras, tanto na própria ação quanto na organização, caracterizadas pelas atividades



democratizantes.

Apesar dos limites da pesquisa, impostos principalmente pela pandemia da COVID – 19, impossibilitando contatos com alguns possíveis entrevistados tanto da comunidade, quanto do *DesocupaCDSA*, dificultando os “encontros” com o orientador, também pela própria distancia da minha residência para o *campus*, sendo este no estado vizinho. Ainda assim, conseguimos entrevistar alguns estudantes ocupantes, e através do Google Meet, por alguns instantes o movimento de ocupação foi remontado aos esforços da memória de cada um.

Ficam como questões abertas, duas principais, a primeira seria a realização de análises mais aprofundadas nas atividades desenvolvidas pelos estudantes durante a ocupação e seu efeito democratizante. Percebemos que outras análises nesse sentido podem colaborar no processo de compreensão daqueles momentos. Até pelas próprias limitações desta pesquisa.

Outra questão seria uma análise em torno da colaboração da ocupação no processo de aproximação entre universidade e comunidade, e a importância desse estreitamento de laços para ambos.

## REFERÊNCIAS

- BALDINO, José Maria.; FREITAS, Felipe Silva de. **Movimento de ocupação de escolas públicas - Jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 902-926, set./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5457>. Acesso em: 30 de Ago. 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003
- BOUTIN; FLACH, (2017). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429-446, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i2.45756>. Acesso em 18 Ago.2021
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Rebeliões e ocupações de 2011. In: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: ed. Boitempo. 2012.;
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DARNTON, Robert. Ocupe Wall Street não traz "agitação revolucionária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1, 13 de out. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1310201110.htm>. Acesso 05 Set. 2021;
- DAVIES, Niciolas. A política educacional nos governos do pt: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB? **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 39-52, mar2016**
- DESLAURIERS, Jean-Pierre. *et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2008. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nn0nv1e>. Acesso em: 28 de Ago. 2021.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-Posições**. Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: ed **Vozes**, 2013;
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. Boitempo, 2016. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/c5188s>. Acesso em: 05 Set.2021;
- HARVEY, David. **Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis\***. *In: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: ed.Boitempo. 2012.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

JUDT, Tony. **O Mal ronda a Terra**: um tratado sobre as insatisfações do presente. ed Objetiva. Rio de Janeiro, 2011;

LENIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa-Moscou: Avante!-Progresso, 1977, vol. I.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

PESCHANSKI, João Alexandre. **Os “ocupas” e a desigualdade econômica**. *In*: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: ed. Boitempo. 2012.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço** São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Uma esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

SILVA, Tatianne Amanda Bezerra da. **Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco e suas implicações para as condições de trabalho docente**: um estudo do Centro Acadêmico do Agreste (CAA). / Tatianne Amanda Bezerra da Silva. – 2018.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014

ŽIŽEK. Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo**. *In*: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: ed. Boitempo. 2012.

## APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS (Questionário)

### Questionário

- 1- Como você avalia a fomentação da PEC do teto dos gastos, e seus possíveis impactos?
- 2- Por que ocupar?
- 3- Como você se inseriu no movimento de ocupação?
- 4- Como se estruturava/organizava a ocupação?
- 5- Existe articulação entre as diferentes experiências de ocupação?
- 6- Como o movimento se organizava internamente?
- 7- Quais eram as linhas políticas do movimento?
- 8- Quais atividades eram desenvolvidas e suas intencionalidades?
- 9- Como você avalia os impactos em relação às reivindicações?
- 10- Para você, houve impactos nos âmbitos institucional, estudantil e comunitário? Qual a sua avaliação nesse sentido?